

## 1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da** 2 **Criança e do Adolescente de Santos**

3 Ata da Assembléia Geral Ordinária- Dia: 09 de janeiro de 2014 Início: 9h Local: **Casa de**  
4 **Participação Comunitária sito Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Ponta da Praia –**  
5 **Santos**

### 6 **1. PARTICIPANTES:**

7 Verificação da presença dos Conselheiros conforme lista de presença anexa.

8 Iniciada a reunião o Sr. Presidente Ricardo cumprimenta e agradece a presença de todos.

9 Informa que em caráter excepcional está iniciando a reunião às 9h. Solicita um minuto de

10 silêncio pelo falecimento da ex-presidente do CMDCA, Sra. Jimena Aranda que foi vítima

11 de trágico acidente rodoviário. Ressalta a importância de seu trabalho no CMDCA.

12 Passou a palavra à Sra. Débora da ACMD que presta homenagem póstuma e faz breve

13 relato sobre sua recente visita a Santos em outubro de 2013, lembrando seu início de

14 atividade como primeira advogada da entidade e envolvida desde cedo com as questões

15 sociais. Lembra projetos promissores como o “Família Legal”. Fala que Jimena partiu

16 jovem mas deixou muito. Se transformava em leoa na defesa de crianças e adolescentes.

17 Relata detalhe íntimo de uma tatuagem de estrela do mar e aponta que hoje ela é uma

18 estrela no céu. A Colaboradora Lucy Freitas propõe ao CMDCA que envie ofício ao Jornal

19 A Tribuna fazendo breve relato e agradecimento à Gimena. Passou-se ao item 1 da

20 Pauta sobre a apreciação e aprovação da Ata da AGO anterior a qual foi **aprovada** com

21 as seguintes emendas: onde se lê: “A Conselheira Rosana Caruzo” leia-se “Rosana

22 Caruzo” e onde se lê: “a ponte do canal 7” leia-se “construção próximo ao canal 7”.

23 Item 2 – deliberação sobre complementação de recursos financeiros referentes aos

24 projetos contemplados através do Edital da Fundação Itaú Social: O Sr. Wilson Bregochi,

25 assistente social da Sepacom explica que após a aprovação dos projetos pelo CMDCA a

26 direção do Itaú decidiu contemplar outros projetos e em função disto reduziu o valor

27 anteriormente aprovado para R\$ 167.000,00. A diferença equivale a R\$ 1.561,30. A Dra.

28 Adriana Jandelli informa que não está previsto nas Resoluções do Conselho essa

29 complementação. O Vice-presidente Carlos Mota também expõe que o Edital não prevê

30 que o CMDCA complemente. O Conselheiro Edmir fala que as entidades devem se

31 manifestar se irão absorver o custo e que elas se manifestem formalmente e assim seja

32 encaminhado ao Dearti para conveniar. **APROVADO.** Passou-se ao item 3 da pauta:

33 Apresentação dos relatórios dos Conselhos Tutelares referente ao exercício 2013: A

34 conselheira Sandra do Conselho da Zona Leste fez a apresentação dos dados de

35 violações de direitos de sua base. **Anexado a esta Ata a apresentação impressa.** Com

36 base nos dados as conselheiras Sandra e Taís complementaram que os mesmos

37 demonstram uma falta de integração da Rede de atendimento; necessidade de política de

38 apoio familiar – escuta da família e empoderamento da mesma pois a falta de

39 acompanhamento sistemático está trazendo os casos de volta com maior gravidade. No

40 item profissionalização comenta que existem muitos em trabalho infantil e irregular. No

41 eixo de Atos Atentatórios à Vida e saúde demonstram o aumento do uso de drogas.

42 Esclarecem que o SIPIA reconhece que o agente violador é o gestor. Quanto a violência

43 sexual identificado que membros da família são os maiores violadores e este é o maior

44 indicador dito pelo próprio CREAS. Existem relatos de abuso também nas escolas

45 particulares. Quanto ao eixo Convivência Familiar e Comunitária nota-se 167 casos de

46 negligência por falta de acompanhamento da vida escolar dos filhos, pela família, dentre

47 outros. A conselheira Sandra justifica que onde consta em branco é porque o sistema não

48 identificou mas o Conselho Tutelar entende que a ausência existe. No eixo Educação,

49 Cultura Esporte Lazer onde aponte apenas 56 violações é porque a evasão escolar só é

50 registrada no SIPIA quando a FICAI chega e geralmente chega fora do prazo. Taís fala que

51 isto é um nó dentro do Mapa Prefeito Amigo da Criança e esclarece ainda que a rede

52 particular não preenche a FICAI mas a evasão existe. No que se refere a

53 Profissionalização- Condição Irregular de Trabalho pode acontecer de haver 5 estudando  
54 só que eles podem estar matriculados mas não frequentando. Fala sobre os jogadores de  
55 futebol e do buffet infantil que deve ser levado ao conhecimento do Ministério do Trabalho.  
56 Sandra distribui um texto para reflexão sobre o Conselho Tutelar e o adolescente em  
57 conflito com a lei de autoria do Murillo José Di Giacomo. Edmir fala sobre a proposta da  
58 Terapia Comunitária desenvolvida pela Adelaide do DEARTI sobre a possibilidade de  
59 atendimento em horários alternativos. Helenice fala que para atender de forma  
60 sistemática precisa ampliar com o envolvimento de mais técnicos das secretarias que  
61 possuem formação em Terapia Comunitária. Lucy fala sobre a omissão, ficou claro que o  
62 jovem não tem oportunidades e que faz um trabalho na Vila Nova Paquetá e observa o  
63 grande número de profissionais que estão afastados. Sérgio Willians parabeniza o  
64 trabalho dos conselheiros e pergunta sobre os dados macro tais como: onde estão os  
65 adolescentes, em quais bairros, o que este jovem quer e a Conselheira Sandra explica  
66 que os dados apresentados referem-se a violação e que uma criança pode ter mais de um  
67 direito violado. Tais esclarece que o Conselho Tutelar é a “ponta do iceberg” ou seja, é a  
68 demanda que chegou no conselho e a questão é: quantos não chegaram? Conselheira  
69 Célia da saúde pergunta se o Conselho Tutelar tem registro de gestantes grávidas, pelo  
70 fato de ter conhecimento que as gestantes acompanhadas relatam ser desestimuladas  
71 pelas escolas e acabam por deixarem de estudar. Essa informação vem da Casa da  
72 Gestante. O Presidente Ricardo agradece as conselheiras pela apresentação.  
73 Prosseguiu-se à apresentação do Conselho tutelar da Zona Noroeste pelo conselheiro  
74 Márcio. Relatou 71 casos de violência sexual, 391 de negligência familiar. Maior demanda  
75 da região é a vaga em creche. O Conselheiro Caio informa que apenas 4 conselheiros  
76 utilizam o sistema para registro dos dados. Diante do exposto os membros do CMDCA  
77 entenderam que o conselheiro João Neri não utiliza o sistema. Dr. Alexandre pede a  
78 palavra dizendo que o Conselheiro Tutelar tem por obrigação utilizar o SIPIA e o CMDCA  
79 deve oficializar ao conselheiro questionando porque não está sendo utilizado. Márcio informa  
80 que em 2013 o CT Zona Noroeste teve 1029 casos. A Conselheira Cristina propõe que o  
81 CMDCA oficie ao MP e à Corregedoria pelo descumprimento do dever funcional. O  
82 Conselheiro Carlos Mota propõe ofício ao conselheiro para que preste esclarecimentos  
83 ao CMDCA. O conselheiro Caio informa que na reunião de colegiado o conselheiro se  
84 nega a usar o SIPIA. Tais fala da necessidade de um mediador entre os conselheiros  
85 tutelares. Edmir fala que matemática se aprende fazendo. O inicial do SIPIA já foi dado.  
86 Uma forma é trabalhar em colegiado para usar o SIPIA. É preciso aprender a trabalhar em  
87 Colegiado para decidir os casos. Propõe que o Relatório seja enviado ao Ministério  
88 Público e à Câmara de Vereadores. Sugere que o Conselho Tutelar faça de forma  
89 circunstanciada à Câmara e ao Ministério Público. Helenice Fontes propõe um mediador  
90 para auxiliar nos conflitos entre conselheiros tutelares e aponta os senhores Edmir dos  
91 Santos Nascimento e Daniel Lemos Agostinho. Em relação aos dados o conselheiro  
92 André fala que se sentiria envergonhado porque o Conselho de fato atendeu mas por  
93 dificuldades do sistema os mesmos não foram inseridos. Edmir questiona se é possível  
94 resgatar a informação e o Sr. André responde que dá para lançar, aplicar medida e  
95 encerrar e daí vai gerar o dado. Sr. Daniel Lemos contrapõe que se lançar no sistema  
96 agora os casos de 2013 vai dar um “boom” em Brasília e propõe que se comece 2014  
97 com o correto. Passou-se a votação da proposta dos mediadores acima mencionados,  
98 considerada **APROVADA**. Foi retirado da pauta o item 4: Deliberação sobre o  
99 remanejamento de recursos financeiros do projeto Crescer Bem, da Casa João Paulo II.  
100 Passou-se ao item 5 – Indicação de representante para compor a Comissão Prefeito  
101 Amigo da Criança em substituição a conselheira Maria Fernanda – foi indicada a Sra.  
102 Maria Cristina Oliveira, e obteve aprovação por unanimidade. O item 6 foi retirado da  
103 pauta. Passou-se ao item 7- Relatos das Câmaras Setorias: quanto aos relatos da  
104 Executiva o presidente informa que aguarda a indicação da OAB substituindo o Dr. Melo,

105 1º. Secretário do CMDCA. Informa ainda que os 100 mil reais prometidos pela Companhia  
106 Vale não foram destinados e que a empresa informou a impossibilidade. Não houve  
107 relatos das Câmaras de Relações Públicas e de Legislação. A Sra. Maria Cristina da  
108 Câmara de Planejamento aponta a ausência dos conselheiros nas reuniões das Câmaras.  
109 Fala ainda sobre a questão do veículo furtado da CCEV e o DEARTI adotará as  
110 providências junto ao jurídico da Prefeitura. A Câmara Financeira vai se reunir com a de  
111 Relações Públicas para divulgar a destinação com o incentivo de 3%, até abril 2014.  
112 Passou-se ao item 8- Relatos dos representantes dos conselhos, comissões e grupos de  
113 trabalho – O Sr. Edmir informa que a reunião do SINASE foi produtiva. Parabeniza a  
114 SEDUC pois é a primeira vez que a mesma é pró-ativa no CMDCA. A conselheira Luana  
115 da SESEG informa sobre o Fluxo do Álcool e que na reunião foi proposto realizar um  
116 seminário pela SMS – Saúde para toda a rede. Aponta as dificuldades do grupo por  
117 ausências dos representantes e rotatividade do grupo. Fala que a Sra. Sandra da  
118 SECERPA- saúde mental informou que o Fluxo existe. Dra. Célia, representante da SMS  
119 informa que a Dra. Sandra Hamue tem o fluxo e a Daniela Rufino também mas não  
120 passaram para ela. A Conselheira tutelar Sandra, que participou da reunião do fluxo do  
121 álcool diz que saiu da reunião com a sensação de que uma secretaria está de “mal” com a  
122 outra, no caso a saúde e a educação. O Sr. Sérgio Willians fala que existia uma tarefa e  
123 que ninguém sabia o que fazer, alguém tinha que coordenar e ele foi ao Gabinete do  
124 prefeito e disse que se a Saúde não assumisse não daria certo. Conversou com o  
125 Secretário Adjunto de Saúde, Dr. Renato Pastorello e fecharam que a Daniela Rufino  
126 assumiria, a questão do fluxo, juntamente com a Sandra Lia, pela experiência que elas  
127 tem nessa área. Fala ainda que não adianta construir um fluxo só para apresentar, ele  
128 tem que funcionar. A Dra. Adriana Jandelli fala que está havendo um problema de  
129 compreensão de papel. Quando se pede algo da saúde tem que ter a consciência. Na  
130 sociedade civil não tem pessoas com requisitos técnicos na área. Não dá para o conselho  
131 criar nada técnico. Propõe que se fale com o promotor pois o CMDCA não é técnico e não  
132 temos competência e nem a obrigação. Sérgio Willians concorda que o conselho não é  
133 executor. Luana complementou a necessidade de um diagnóstico e traçar o ideal. Dra.  
134 Adriana solicita que se socialize a Ata de audiência do CMDCA com o Promotor. O Sr.  
135 Carlos Mota propõe reunião com os secretários municipais envolvidos na temática para o  
136 dia 17/01 as 14h30 no Departamento de Articulação e se incumbe de contatar os  
137 secretários. Passou-se ao item 10 – relatos dos Conselhos Tutelares – A conselheira Tais  
138 fala sobre a comemoração do aniversário de 20 anos do Conselho Tutelar em Santos e  
139 questiona sobre os custos. A Sra. Helenice informa que os conselhos estão vinculados ao  
140 DEARTI- GPM e as despesas são supridas pelo mesmo. A Sra. Adriana Jandelli fala  
141 sobre o evento EURECA Eu reconheço o ECA e solicitam apoio do CMDCA na  
142 divulgação. O Conselheiro Tutelar Márcio, da Zona Noroeste questiona sobre as férias  
143 aos suplente e 13º. Salário. Helenice informa que já existe parecer sobre o assunto e a  
144 questão é tratada na esfera administrativa, não sendo caso a ser discutido nesta  
145 assembleia. O conselheiro tutelar André aponta o problema da Santa Casa de violação  
146 institucional de direito. O presidente, Sr. Ricardo propõe reunião entre o Dr. Carmelo da  
147 Promotoria da Infância e Juventude, a Santa Casa e os três conselhos tutelares. Em  
148 Assuntos Gerais o Sr. Edmir e Fernanda do projeto CAMARÁ apontaram a necessidade  
149 de um movimento interregional para cuidar dos meninos que estão fora da escola. O  
150 CREAS de São Vicente precisa assumir a demanda. Pede o apoio do CMDCA de Santos  
151 para os alunos das escolas participarem. O primeiro desfile em Santos será em fevereiro  
152 e eles fazem as alegorias para o carnaval e a mobilização ;e muito grande. A SEDUC se  
153 comprometeu a verificar a possibilidade de fornecer o lanche e o transporte. O Sr. Edmir  
154 vai enviar pela CEVISS a solicitação de recurso de R\$ 5.000,00 do FMDCA para a  
155 compra de material pedagógico. APROVADO. Lucy questiona sobre a renovação do  
156 aluguel da SEPACOM e o Sr. Carlos Mota informou que foi renovado. Lucy pede que

---

157 registre em ata suas sugestões a seguir: Elaboração de um plano de Ação pela Diretoria  
158 Executiva e Coordenadores das Câmaras Setoriais para: 1- integração efetiva das  
159 Políticas Públicas conforme determina o SUAS- SUS, LDBEN, Planos Nacionais,  
160 estaduais e municipais= intersectorialidade de todas as políticas públicas em especial  
161 Assistência Social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Fiscalização Judiciária e  
162 legislativo. 2- Inventário logístico/ estrutural de todos os equipamentos (RH e  
163 equipamentos) da Rede que atenda as Políticas Públicas Básica, especial e de Alta  
164 Complexidade; 3 – COPA 2014- material informativo sobre a exploração sexual infanto-  
165 juvenil e combate ao trabalho infantil, campanhas preventivas sobre o uso do álcool e  
166 outras drogas e contra o tráfico de pessoas; 4- interagir com os conselhos tutelares em  
167 todos os itens anteriores e Diretorias Regionais do Estado sob a égide do Sistema de  
168 Garantia de Direitos. A criança é prioridade absoluta. Nada mais havendo a tratar deu-se  
169 por encerrada a assembléia às 12h30 tendo o Sr. Presidente agradecido a presença de  
170 todos. Eu, Helenice Fontes Alves, secretária lavrei a presente ata.

171

172

173

174

175 RICARDO DE OLIVEIRA GOMES  
176 **Presidente**

HELENICE FONTES ALVES  
**2ª Secretária**